

# À espera da conta da anistia

Ricardo Noblat

**A**inda levará algum tempo para que governo e banqueiros calculem o preço exato da anistia concedida pela Constituinte a parte da dívida contraída por pequenos e médios empresários na época dourada do Plano Cruzado. "Seria leviandade, a essa altura, avançarmos a respeito de qualquer número", admitiu, ontem pela manhã, o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento. "Mas é fora de dúvida que o governo terá que reduzir recursos que seriam destinados às atividades beneficiadas com a anistia".



Reafirma o ministro que a capacidade de endividamento do governo "está esgotada". Confia que a política econômica de autoria dele e do ministro Maílson da Nóbrega será "preservada a qualquer custo". Por sinal, foi o que tornou a garantir, publicamente, o presidente José Sarney. Moveu-o a fazê-lo uma conversa que teve, antontem à noite, por telefone, com o ministro do Planejamento.

A anistia patrocinada pela Constituinte poderia deixar no país a impressão de que a política econômica do governo estava condenada a ir a pique. João Batista sugeriu ao presidente agir para impedir que a impressão prosperasse. "Para que uma determinada política dê certo, não basta que seja cumprida à risca", ensina o ministro. "É preciso que as pessoas acreditem que ela será cumprida". Os constituintes aprovaram a anistia de costas para o governo e para a sociedade como um todo.

Na manhã da quarta-feira, as lideranças de todos os partidos, sem exceção, se comprometeram em derrotar a fusão das emendas do senador Monsueto de Lavor (PMDB-PE) e dos deputados Humberto Souto (PMDB-MG) e Ziza Valadares (PMDB-MG), que ganhara o apoio da UDR de Ronaldo Caiado. Se a fusão das emendas fosse aprovada, as lideranças se empenhariam em tentas corrigir o desastre votando um outro conjunto de emendas elaboradas por elas mesmas.

O desastre ocorreu com a preciosa ajuda dos votos do PDT, na ausência dos deputados Brandão Monteiro, líder do partido, e César Maia. Os dois acompanharam o ex-governador Leonel Brizola em viagem a São Paulo. O recurso à aprovação do conjunto de emendas que limitaria o alcance da anistia do trio Mansueto-Souto-Valadares, foi

por água abaixo porque o deputado Ulysses Guimarães o considerou prejudicado pela votação anterior. "Acabamos de assistir a uma catástrofe", apavorou-se o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

A catástrofe foi evitada com a aprovação, em seguida, de uma emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE), em torno da qual não havia acordo algum. O preço da catástrofe, conforme Dornelles, teria sido de 5 bilhões de dólares — 80% deles, pelo menos, a serem bancados, diretamente, pelo governo. O déficit público saltaria dos 4% do Produto Interno Bruto prometidos ao Fundo Monetário Internacional para mais de 7%. A carta de intenções que o Brasil assinará com o fundo seria rasgada antes de recolher qualquer autógrafa.

A emenda de Freire mitigou a anistia que Dornelles imagina que deverá custar alguma coisa como 1 bilhão e meio de dólares — duas vezes e meia a mais que o preço que o governo concordava em pagar. De uma maneira ou de outra, o preço será pago pelo contribuinte. Aliviados, os empresários anistiados pagarão os sonhos eleitorais dos constituintes que lhes foram fiéis. De resto, a decisão da Constituinte demonstrou, uma vez mais, a fragilidade da base parlamentar que o governo diz que tem.

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), líder do governo no Senado, votou a favor da emenda dos 5 bilhões de dólares e contra a emenda de Freire.

**Votos cativos** — A votação de número 710 da Constituinte, que nada tinha a ver com as emendas que anistiavam a dívida de pequenos e médios empresários, reuniu antontem à noite, no plenário da Câmara Federal, 432 senadores e deputados. A votação seguinte, que juntou as emendas da anistia do interesse da UDR, atraiu ao plenário 471 constituintes. Ficaram só 429 para aprovar, duas votações depois, a emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE), que limitou o alcance da anistia comemorada poucos minutos antes pela UDR.

Os banqueiros deram início à caça aos constituintes que só compareceram ao plenário para votar de acordo com a UDR. O crédito lhes será parco para as próximas despesas eleitorais.

**Sem entender** — Do deputado Ulysses Guimarães em conversa, há uma semana, com o banqueiro Roberto Bornhausen: "De toda a Constituinte até agora, só um fato não compreendo: as esquerdas e os banqueiros votarem de acordo". Ulysses previu, às 15h de antontem, em conversa com o senador Albano Franco (PMDB-SE), que as emendas da anistia apoiadas pela UDR seriam derrotadas. Equivocou-se.